

A “desagregação” do Ensino Superior¹

The “unbundling” of Higher Education

Tristan McCowan²

Institute of Education, University College London, UK

Resumo

A desagregação é o processo pelo qual os produtos anteriormente vendidos em conjunto são separados em suas partes constituintes. No ensino superior, esta dinâmica tem sido impulsionada principalmente por motivações financeiras e liderada pelo setor com fins lucrativos, mas também tem motivações pedagógicas através da ênfase na personalização e na empregabilidade. Este artigo apresenta uma análise teórica da tendência, propondo novas ferramentas conceituais para mapear as implicações normativas. Embora pareça oferecer perspectivas de viabilidade financeira e maior relevância, a desagregação apresenta alguns sinais preocupantes para as universidades: primeiro, a remoção de possíveis sinergias entre ensino e pesquisa, e entre diferentes modos de aprendizagem; em segundo lugar, o enfraquecimento da capacidade das instituições de promover o bem público e garantir a igualdade de oportunidades; e, em terceiro lugar, a ameaça de hiperporosidade na realização de pesquisas básicas com benefícios no longo prazo.

Palavras-chave: Comoditização, Ensino Superior com fins lucrativos, Futuro da universidade, MOOCs.

Abstract

Unbundling is the process through which products previously sold together are separated into their constituent parts. In higher education, this dynamic has been driven primarily by financial motivations, and spearheaded by the for-profit sector, but also has pedagogical motivations through its emphasis on personalization and employability. This article presents a theoretical analysis of the trend, proposing new conceptual tools with which to map the normative implications. While appearing to offer the prospect of financial viability and increased relevance, unbundling presents some worrying signs for universities: first, the removal of possible synergies between teaching and research, and between different modes of learning; second, the undermining of the ability of institutions to promote the public good and ensure equality of opportunity; and third, the threat of hyperporosity to the conducting of basic research with long-term benefits.

Keywords: Commodification, For-profit higher education, Future of the university, MOOCs.

1 Uma versão anterior deste artigo foi publicada em inglês: Tristan McCowan (2017): Higher education, unbundling, and the end of the university as we know it, **Oxford Review of Education**. Link para o artigo: <<http://dx.doi.org/10.1080/03054985.2017.134371>>

Revisão técnica de João dos Reis Silva Júnior.

2 Professor em Educação e Desenvolvimento Internacional no Institute of Education University College London, Londres. O seu trabalho centra-se nas áreas de acesso e qualidade do ensino superior, universidades alternativas e inovadoras, educação para cidadania e direitos humanos e abrange uma ampla gama de contextos, particularmente na América Latina e na África subsaariana. Atualmente, está realizando projetos de pesquisa multi-país com foco em pedagogia do ensino superior, destinos de pós-graduação e bem público na África e também está envolvido em pesquisas sobre educação indígena na Amazônia brasileira e no México, e é editor da Compare – revista de Educação Comparada e Internacional. E-mail: t.mccowan@ucl.ac.uk

Introdução

A paisagem contemporânea do ensino superior apresenta uma contradição. Por um lado, demonstra um sucesso sem precedentes, como evidenciado pela sua rápida expansão: o índice de matrículas brutas globais é de 34,5%, um aumento surpreendente de 23,6% em 2004 (UIS, 2017). Governos e agências internacionais apontam para os sistemas de educação superior como chave para a competitividade na economia do conhecimento, na formação de profissionais com habilidades de alto nível e na inovação em tecnologia e outros setores. Esses impulsionadores não se restringem aos países ricos da Europa, América do Norte e Ásia Oriental, com países de baixa e média renda valorizando cada vez mais o setor de ensino superior no contexto dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (McCOWAN, 2016a, BONI et al., 2016).

No entanto, apesar destas indicações de demanda dinâmica e reconhecimento generalizado do papel fundamental das universidades no desenvolvimento nacional, o ensino superior também é percebido de forma distante das necessidades da sociedade. Distintamente retratadas como sendo fora de contato, arcaicas, burocráticas e despreocupadas com as necessidades da sociedade, as universidades são comumente criticadas pelo seu desempenho na prática – particularmente em termos de preparação de graduados para o local de trabalho. Embora exista uma escassez de evidências significativas na maioria dos contextos, as preocupações com a empregabilidade dos graduados são comuns a todas as regiões globais, com níveis de desemprego frequentemente atribuídos a “desajustes de habilidades” e falta de sentido empresarial e pesquisas de empregadores mostrando percepções de uma queda de padrões e declínio da relevância dos diplomas (McCOWAN, 2015; TOMLINSON, 2012).

Os desafios de financiar a expansão contínua do ensino superior e as preocupações com a falta de alinhamento com a economia contemporânea levaram a uma incipiente dinâmica de “desagregação” (*unbundling*), impulsionada pelo crescimento do setor com fins lucrativos (ROBERTSON; KOMLJENOVIC, 2016a; 2016b). Este processo envolve a separação da instituição em seus papéis constituintes e atividades diferentes, e o corte de funções percebidas como supérfluas, permitindo ao cliente comprar apenas os elementos desejados. Os méritos ou ameaças apresentados por esta tendência são muito contestados. De um lado do argumento estão aqueles que afirmam a deseabilidade ou a inevitabilidade desta “inovação disruptiva” (CHRISTENSEN et al., 2011), afirmando que “a educação nunca será a mesma: desagregada, menos onerosa e mais efetiva” (LITAN, 2015). Por outro lado, são aqueles que defendem a universidade tradicional, vendo a desagregação como uma ameaça sem precedentes para a instituição, levando potencialmente a uma mudança tão radical quanto a dissolução dos mosteiros na Grã-Bretanha do século 16.

A desagregação está ocorrendo no contexto de dificuldades crescentes para os estados-nação em financiar a expansão das matrículas do ensino superior por meio de fundos de contribuintes e os custos em espiral consequentes para estudantes e suas famílias. De acordo com Herk (2015), nos EUA, “até o final de 2014, o saldo total dos empréstimos estudantis atingiu US \$ 1,3 trilhão, mais do que triplicando desde 2004”, e esses empréstimos são amplamente considerados como sendo a próxima crise das hipotecas subprime. Craig (2015) captura essa escalada de custos através da imagem do “rio preguiçoso” – o recurso de água de luxo em que os banhistas

são empurrados suavemente pela corrente ao redor de uma piscina circular sinuosa – uma das várias atrações que as universidades estão investindo como para atrair potenciais estudantes.

As universidades não podem deixar de ouvir essas críticas, mas no contexto da demanda robusta de seus serviços, as pressões para a mudança foram relativamente fáceis de ignorar. Para a maior parte, as universidades tentaram “ter seu bolo e comê-lo também” ao comercializar o acesso aos seus produtos, mantendo muitas de suas atividades tradicionais que têm um impacto econômico menos direto. No entanto, há sinais de que o tapete está prestes a ser puxado firmemente de debaixo de seus pés. Pelo menos, isso é o que é argumentado por obras como a amplamente divulgada *An avalanche is coming* (BARBER et al., 2013), segundo a qual, as universidades precisam se reinventar ou deixar de existir. De acordo com esta lógica, os desafios do aumento das matrículas, da espiral de custos e da necessidade de adaptação a uma economia global em mudança, significam que as universidades devem se tornar mecanismos de inovação mais enxutos e mais eficientes, fortemente ligados à indústria local. Se não o fizerem, eles serão lentamente retirados pelos novos “upstarts”: provedores com fins lucrativos capazes de oferecer serviços específicos a um preço muito mais barato para o consumidor.

O processo de desagregação já está em andamento, como evidenciado em uma variedade de fenômenos, entre os mais famosos os cursos on-line abertos e massivos (MOOCs) que cresceram rapidamente desde que Sebastian Thrun e Peter Norvig dirigiram o curso pioneiro sobre inteligência artificial em Stanford em 2011. Outras manifestações incluem a separação de profissionais envolvidos na concepção e entrega de cursos (particularmente em cursos on-line), o crescimento de instituições de somente ensino, o desenvolvimento de cursos mais baratos e “*no-frills*”³, e a redução da proporção de funcionários permanentes. Essas mudanças ocorrem no contexto de um maior ceticismo sobre a adequação das instituições de educação convencionais para as novas realidades da economia, levando ao surgimento do Uncollege, da Fundação Thiel e de outras organizações que promovem alternativas ao estudo universitário – defendendo uma espécie de “desescolaridade” do Vale do Silício.

No entanto, visto no contexto do ensino superior global como um todo, essas manifestações de desagregação ainda estão longe de serem universais: em sua maior parte, a universidade continua em sua forma, embora com algumas mudanças significativas em função da comercialização (BOK, 2003). Conforme argumentado por Marginson (2016a), também existem forças em jogo que servem para reforçar a integração da universidade, particularmente no caso de instituições de alto nível. A universidade de pesquisa integrada continua a ser o “padrão-ouro”, e a febre em torno de alcançar o *status* de “classe mundial” e inserir instituições nos principais níveis do *ranking* internacional, fornece pressões isomorfas para a instituição tradicional do campus que reúne pesquisa de elite, ensino, atividades extracurriculares e estudos de pós-graduação. O processo de desagregação é, portanto, incipiente e concentrado em alguns países. No entanto, a probabilidade é que ele se espalhe e aumente, em particular à luz de seu estreito vínculo com o setor com fins lucrativos, em que está localizada na atual expansão do ES e a natureza transnacional de muitas empresas com fins lucrativos.

3 Um produto ou serviço ofertado com características básicas e sem detalhes extras ou desnecessários. N. do R.T.

Este artigo apresenta uma análise teórica do processo de desagregação no ensino superior. O objetivo aqui não é prever se os dias da universidade são realmente numerados, ou até que ponto e a velocidade em que a desagregação pode de fato acontecer. Em vez disso, o objetivo é extrair as implicações da desagregação potencial do ensino superior, de modo a mapear o terreno normativo e avaliar as reivindicações feitas por seus defensores. Em que medida uma ampliação da desagregação a um nível sistêmico representaria uma ameaça à qualidade e integridade das funções de ensino, pesquisa e extensão? Isso prejudicaria e, em última instância, destruiria o contributo positivo da universidade para a sociedade e para a vida dos indivíduos? Ou essas funções também poderiam ser realizadas em separação entre si e por diferentes organizações e indivíduos? Em suma, deveríamos estar realmente preocupados com o fim da universidade?

Ainda há relativamente pouco trabalho acadêmico sobre desagregação. Uma análise inicial de uma perspectiva jurídica foi realizada por Wang (1975), afirmando a possibilidade de aplicar leis antitruste à embalagem das que foram consideradas as quatro funções-chave das universidades: transmissão de informações, credenciamento, coerção e associação de clube. As universidades podem ser vistas como injustificadas ao “amarrar” esses produtos em conjunto: por exemplo, obrigando os alunos que buscam apenas credenciamento a participar também de aulas. Troutt (1979) aplicou essas ideias ao trabalho docente, distinguindo instrução, avaliação e assessoria como atividades separadas que poderiam ser realizadas por diferentes profissionais. É apenas na década de 2010, no entanto, que a questão atraiu atenção significativa do público. Embora tenha havido uma quantidade razoável escrita sobre o fenômeno nos últimos anos, muito é constituído por relatos populares da crise do ensino superior (por exemplo, SELINGO, 2013), ou, alternativamente, assume um ponto de vista de advocacia, escrito por aqueles com envolvimento pessoal no processo (por exemplo, Ryan Craig [2015], que é fundador e diretor-gerente da University Ventures, uma empresa de investimento para educação superior privada, ou Ananta Agarwal [2013], CEO da edX, plataforma conjunta MOOC do MIT e de Harvard). A rigorosa pesquisa e análise disponíveis (por exemplo, GEHRKE; KEZAR, 2015; MACFARLANE, 2011) tendem a se concentrar na natureza mutável do trabalho acadêmico e no papel do professor.

Portanto, a pesquisa empírica sobre desagregação ainda está faltando, mas há também uma necessidade crítica de uma análise teórica mais ampla. Para extrair as principais dimensões da desagregação, o artigo baseia-se no quadro teórico de *valor, função e interação* (delineado em McCOWAN, 2016a), mas também desenvolve novas ferramentas e perspectivas teóricas como um meio de esclarecer o terreno do debate atual. Para fins de ilustração, ele também desenha uma variedade de contextos empíricos, principalmente nos EUA, devido à presença das formas mais avançadas de desagregação, mas também no Brasil, na Grã-Bretanha e em Ruanda. Ele baseia-se numa discussão de desagregação em uma análise anterior da agenda de desenvolvimento internacional pós-2015 (McCOWAN, 2016a), além do pequeno número de estudos acadêmicos existentes sobre o tema e uma série de relatos jornalísticos. O objetivo deste artigo é fornecer um mapeamento conceitual mais amplo do fenômeno do que aparece nos relatos existentes, concentrando-se não apenas nas dimensões financeiras e implicações para a sobrevivência e viabilidade da instituição, mas também pelo seu propósito fundamental em promover a compreensão humana, e para questões de igualdade e justiça social.

O que é desagregação?

Os produtos são comumente vendidos em pacotes. Em alguns casos, esses pacotes são compostos de itens distintos que todos precisam estar no lugar para que o consumidor possa desfrutar o bem ou o serviço a ser vendido. Um exemplo seria uma estante da IKEA, que se junta como uma coleção de armação, prateleiras, parafusos, pregos e assim por diante. Em outros casos, um pacote pode ser composto de produtos que não são interdependentes, e que podem ser usados separadamente, mas há um benefício percebido ou de conveniência para comprá-los juntos, como no caso de um pacote de mídia – envolvendo televisão, telefone e banda larga. Em alguns casos, os produtores embalam uma série de produtos similares em conjunto, a fim de garantir a viabilidade financeira da produção, forçando os consumidores a comprar produtos que não desejam: Craig (2015) dá o exemplo do álbum de música na era pré-digital, através do qual (enquanto algumas músicas também estavam disponíveis como *singles*), os consumidores foram encorajados a comprar uma variedade de trilhas pouco conhecidas, além dos êxitos.

Neste artigo, vou empregar os termos “pacote inter-relacionado” para me referir ao primeiro tipo, quando todos os itens são necessários para que o bem seja apreciado; “pacote de conveniência” para o segundo, quando o pacote funciona nos interesses dos consumidores para economizar tempo e possivelmente dinheiro; e “pacote atrelado” para o terceiro, em que os produtores obrigam os consumidores a comprar bens desnecessários para seu próprio benefício financeiro. Em alguns casos, portanto, os pacotes servem os interesses dos consumidores: a popularidade das férias organizadas, por exemplo, continua, uma vez que a complexidade das reservas múltiplas é reduzida, a baixo custo. No entanto, em outros casos, os consumidores podem não se beneficiar, ou podem ser completamente excluídos do mercado, e são estas dinâmicas que levaram ao processo de “desagregação”. Se uma abertura for feita para que os componentes constituintes sejam vendidos separadamente a um custo menor, a fidelidade do consumidor mudará rapidamente.

De acordo com Gehrke e Kezar (2015, p. 96):

[D]esagregação é a diferenciação de tarefas e serviços que uma vez foram oferecidos por um único provedor ou indivíduo (ou seja, empacotado) e a posterior distribuição dessas tarefas e serviços entre diferentes provedores e indivíduos.

Podemos distinguir entre dois tipos de desagregação. Primeiro, é onde um grupo de produtos distintos que foram anteriormente vendidos juntos agora são distribuídos separadamente. Por exemplo, o distanciamento da indústria da música do “álbum” para a compra de faixas individuais, ou transmissão sem custo direto. Em segundo lugar, é o modelo “*no-frills*”, no qual o produto básico é vendido na sua forma mais barata, sem extras e ornamentos. Entre os exemplos mais bem-sucedidos deste segundo tipo de desagregação é o aumento da companhia aérea de baixo custo da década de 1990. Ao podar a experiência de voar para o seu essencial – sem refeições, subsídio de bagagem e usando locais mais baratos do aeroporto – os custos foram reduzidos significativamente, deslocando as companhias aéreas tradicionais em muitas rotas de curta distância. Em muitos casos, os consumidores correram para essas novas opções, pois estão dispostos a sacrificar o conforto e a conveniência adicionais pelo preço muito reduzido, ou são capazes de comprar os produtos desejados com maior precisão sem itens indesejados.

No modelo “*no-frills*”, portanto, o consumidor recebe apenas parte do pacote original, dispensando as partes não essenciais. Na desagregação, todas as partes ainda podem ser consumidas, mas adquiridas de diferentes produtores. Esses dois modelos de desagregação podem ocorrer em cada um dos três casos de pacotes inter-relacionados, de conveniência e atrelado – mas com diferentes implicações em cada caso. Como será explorado ainda mais, é principalmente em casos de produtos inter-relacionados que a desagregação apresenta problemas.

Como esses fenômenos se manifestam no ensino superior? O trabalho clássico de Clark Kerr (1963), *The Uses of the University*, apresentou a noção de “multiversidade”, o ápice do empacotamento no ensino superior, um conglomerado extraordinariamente multifacetado de diversos institutos, faculdades, funções, serviços e pessoas. Embora nem todas as universidades tenham atingido esse tamanho e complexidade, a universidade de pesquisa com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão ainda representa o padrão global de instituição e o ponto de partida para o processo de desagregação. No entanto, não estamos aqui confrontados com uma simples trajetória mono-direcional de um pacote para um desagregado. Como mostrado por Gehrke e Kezar (2015), a desagregação não é um fenômeno novo, e houve aproximações e afastamentos de diferentes formas de pacote ao longo da história do ensino superior. Na verdade, o agrupamento de ensino e pesquisa só ocorreu no século 19, e houve flutuações significativas nos papéis pertencentes ao pessoal acadêmico, com o papel pastoral, por exemplo, emergindo periodicamente e recuando de vista. Além disso, nem sempre houve uma coexistência de instrução e avaliação (ANDERSON, 2006): as novas universidades criadas na Inglaterra no século XIX e início do século 20 geralmente tiveram seus diplomas validados pelas instituições existentes e a Universidade de Londres concedeu diplomas para faculdades no exterior como Nairobi, Dar es Salaam e Makerere. No entanto, as tendências atuais na desagregação são muito mais radicais do que as anteriores e um maior desafio para nossos pressupostos sobre a instituição de ensino superior.

Podemos distinguir entre quatro níveis em que a desagregação no ensino superior pode ser conceituada:

1. Sistemas de Educação Superior
2. Instituições
3. Cursos
4. Quadro acadêmico

Primeiro, podemos pensar que a totalidade do sistema está sendo separada. Nesse sentido, a existência de um sistema coordenado que envolve uma série de diferentes instituições que cumprem um propósito comum é perdida, e, em vez disso, existem instituições individuais em uma existência desarticulada. (O declínio de um dos melhores exemplos de um sistema coordenado – o Plano Diretor da Califórnia – foi discutido por Marginson [2016b]). Este nível, no entanto, raramente é analisado como parte do fenômeno da desagregação, e geralmente é conceitualizado em termos diferentes. Em sua maior parte, as discussões de desagregação relacionam-se ao nível institucional, e este é o nível em que será discutido neste artigo, juntamente com os sub-níveis de curso e professor.

A instituição da universidade pode se desagregar, conforme discutido acima, por meio de suas funções sendo separadas e conduzidas por organizações distintas.

Uma manifestação óbvia de desagregação – e uma que tem sido evidenciada por algum tempo – é a terceirização de serviços em universidades como refeições, limpeza, TIC, serviços de biblioteca e alojamento. É importante ressaltar que essa tendência não é exclusiva das universidades privadas e, em muitos países, é agora a norma nas instituições públicas. Embora esta terceirização seja frequentemente para empresas externas, em alguns casos, as universidades estabeleceram suas próprias empresas, como é o caso do FX Plus, criado pela Falmouth University e pela Universidade de Exeter na Grã-Bretanha para fornecer pessoal de suporte, incluindo suporte acadêmico (GROVE, 2013). Há também um elemento de localização claro, com desafios à ideia da universidade como “lugar”, com o surgimento de vários campi, ou polos para substituir os campi, ou com alunos que estudam a distância em qualquer parte do mundo. Na sequência do sucesso inicial da Universidade Aberta na Grã-Bretanha, tem havido uma enorme expansão de provedores de distância, com instituições como a Universidade Aberta Nacional Indira Gandhi na Índia e a Universidade Aberta Allama Iqbal, no Paquistão, com números de estudantes em milhões.

Uma parte integral do processo é a desagregação de cursos ministrados e trabalho acadêmico. No caso dos primeiros, o design, a entrega e a avaliação do curso podem ser conduzidos por diferentes instituições. Um exemplo disso é o surgimento de provedores alternativos de validação do conhecimento e a probabilidade de empresas como Pearson assumirem um papel cada vez mais significativo na avaliação de competências em áreas específicas (com múltiplos certificados específicos dados aos alunos, em vez de um único diploma de graduação). Na área de cursos on-line, existe uma separação comum entre o design do curso e a entrega. O desagregamento, portanto, sinaliza o fim do programa de estudo, no qual os acadêmicos direcionam a aprendizagem através de um processo de seleção e sequenciamento do conteúdo do conhecimento. Os MOOCs são a manifestação mais óbvia desta forma de desagregação, e cresceram rapidamente, embora ainda não trouxessem a revolução que antes era imaginada por alguns.

Essas mudanças inevitavelmente levam a mudanças no papel do pessoal acadêmico. Conforme explorado por Macfarlane (2011), o acadêmico integral está sendo substituído progressivamente por “para-acadêmicos”, como “conselheiros de habilidades, desenvolvedores educacionais, tecnólogos de aprendizado e gerentes de pesquisa” (p.59), com um serviço de controle do primeiro e um aumento do último. Essas mudanças – evidentes em instituições públicas e privadas – têm sido associadas ao crescimento da proporção de professores não permanentes, mais proeminentes nos EUA. A evolução das TIC facilitou uma transmissão relativamente fácil de palestras e outras comunicações, permitindo que estudantes em vários locais tenham contato com as ideias de conhecidos acadêmicos (PAULSON, 2002). Essas “estrelas” (BARBER et al., 2013) não são, naturalmente, capazes de ter interações reais com os alunos, abrindo assim a porta para um grupo suplementar de tutores que atendem as necessidades pedagógicas dos estudantes. Esta tendência inevitavelmente sinalizaria o fim do professor universitário, no papel mais famoso promovido por Wilhelm von Humboldt, como aquele que se envolve na busca do conhecimento e simultaneamente orienta os alunos em sua própria busca. Os comentaristas também ligaram essas mudanças no corpo docente ao declínio da colegialidade e gestão democrática nas universidades (MACFARLANE, 2011).

Existe também um modelo de ensino superior “*no-frills*”. A fim de combater a escalada dos custos descritos acima, os fornecedores (muitos dos quais com fins lucrativos) emergiram em vários países, oferecendo diplomas a baixo custo, mas com pouca interação pedagógica e acesso a recursos, e sem as atividades de enriquecimento mais amplas características da experiência universitária no campus. Muitas dessas instituições destinam-se a adultos que trabalham em vez de recém-graduados da escola, e oferecem cursos noturnos, abrindo assim o ensino superior a populações que anteriormente lutaram para acessar instituições convencionais. No Brasil, por exemplo, o setor privado cresceu exponencialmente desde o final da década de 1990, por meio da abertura de cursos noturnos de baixo custo, os alunos se contentam com a instrução de estilo ensino médio espalhados por cidades nos centros comerciais, com poucos recursos de biblioteca e estudo autônomo (McCOWAN, 2004). Nos EUA, existem várias experiências deste tipo. A Universidade de Phoenix é um excelente exemplo em termos de desagregação do papel do professor, padronização do currículo e uso de aprendizagem combinada (KINSER, 2002), embora muitas dessas instituições com fins lucrativos dirigidas a adultos que trabalham realmente cobram mais do que instituições públicas. A Universidade de Coventry, na Grã-Bretanha, estabeleceu o “Coventry University College”, onde os alunos pagam apenas metade do custo de um título regular, mas são impedidos de acessar instalações universitárias, como bibliotecas e centros esportivos (VASAGAR, 2011). Além dessas formas, há uma etapa adicional de desagregação exibida nos casos em que uma plataforma on-line é fornecida para coordenar a aprendizagem dos alunos, mas sem fornecer o conteúdo. A Western Governors University, por exemplo, que se anuncia como “metade do custo de outras universidades on-line”, não fornece instruções, mas atua como corretora de cursos oferecidos por outras instituições, oferecendo avaliações para certificar competência (PAULSON, 2002). A UniversityNow (2017), com a missão de “fazer uma educação universitária de qualidade disponível e acessível para pessoas em todos os lugares”, oferece cursos baseados em competências por meio de suas filiais Patten e Nova Carta.

Impulsionadores da desagregação

A universidade foi descrita como a instituição europeia mais antiga, com exceção da Igreja Católica (de RIDDER-SYMOENS, 1996), e sua capacidade de sobreviver por meio das dramáticas mudanças políticas, econômicas, sociais e científicas dos últimos oito séculos é testemunho ambos da importância do seu papel principal na sociedade e de sua capacidade de se adaptar às circunstâncias em mudança. Então, por que há sinais agora do esfacelamento da instituição? Existem dois grandes fatores para os processos contemporâneos de desagregação: financeiros e pedagógicos. Como se verá abaixo, estes não são inteiramente separados – por exemplo, algumas das mudanças pedagógicas visam trazer benefícios econômicos em longo prazo –, mas representam modos distintos de justificação.

Dadas as origens da desagregação nos negócios e os fortes vínculos com o setor com fins lucrativos em ES, as motivações financeiras são as mais evidentes. Estes podem relacionar-se ao provedor ou ao consumidor, ou ambos. Para os fornecedores, as economias de eficiência podem ser feitas através da desagregação, por exemplo, por meio de mudanças nos processos de design do curso, centralizando e padronizando, e liberando mais tempo da equipe acadêmica para instrução. O foco em uma peça específica

do quebra-cabeça também pode criar economias de escala para as instituições. Em alguns casos, as economias são feitas por meio da extração de elementos supérfluos (ou seja, o modelo “*no-frills*”) e possivelmente por meio de uma simples redução na qualidade do produto. Essas mudanças podem gerar lucros para as empresas de educação e proporcionar maiores incentivos para que novos fornecedores entrem no mercado. Embora não haja consenso de que inovações tecnológicas, como provisão on-line, representam sempre uma redução de custos, certamente existe o potencial para elas (BOWEN, 2013). Os custos podem ser reduzidos por meio da simplificação da provisão, trazendo assim novos estudantes que teriam sido excluídos do mercado no contexto das instituições convencionais. Algumas manifestações de desagregação – os MOOCs mais proeminentes – atualmente são oferecidas gratuitamente. No entanto, os MOOCs comerciais estão começando a predominar (DIANATI, 2016), e mesmo para os cursos sem fins lucrativos, ainda há uma motivação financeira significativa para as universidades em termos de aumentar a visibilidade de sua marca, enquanto os SPOCs (pequenos cursos privados online) também surgiram no seu rastro.

Há também uma série de argumentos baseados na conveniência de desagregação para melhorar o ensino e a aprendizagem. De acordo com este ponto de vista, a universidade convencional é deficiente na preparação que oferece aos alunos, por falta de adaptação às necessidades específicas da sociedade contemporânea. Existem dois principais argumentos pedagógicos apresentados. O primeiro deles é a personalização – que os alunos precisam ter um maior grau de controle sobre sua própria aprendizagem, em termos de conteúdo, processo e cronograma. Segundo, que a aprendizagem precisa estar mais adaptada às necessidades do local de trabalho e às demandas dos empregadores, particularmente no contexto de um mercado de trabalho em rápida mutação.

O veículo primário para alcançar esses dois fins é por meio do movimento de cursos de graduação estruturados para competências. Craig (2015) e outros escrevem desprezivelmente sobre a dependência das universidades tradicionais no “tempo de assento”, e os créditos baseados, pelo menos em parte, no atendimento obrigatório do curso. Em vez disso, segundo o autor, os alunos deveriam reunir uma série de competências diferentes, áreas de conhecimento e habilidades alinhadas com os requisitos do empregador, idealmente organizados por meio de uma plataforma de gerenciamento de competências. Os alunos devem ser capazes de adquirir essas competências a partir de uma variedade de fontes de aprendizado e as avaliar quando se sentem prontos, permitindo os diferentes ritmos de aprendizagem e outros compromissos dos alunos. Além da “aprendizagem adaptativa”, se considera que a separação facilita a *gamificação*, a introdução de técnicas de videogames para tornar a aprendizagem mais divertida, aumentar o engajamento e reduzir o abandono escolar (CRAIG, 2015). Essas mudanças, de acordo com os defensores, servem para tornar a aprendizagem mais relevante e envolvente para o aluno individual (personalização) e mais adaptada às necessidades da economia (empregabilidade).

Estes benefícios são por vezes apresentados como uma justificativa para desagregação baseada na justiça social. Os incentivos para que os novos fornecedores entrem no mercado e a redução dos custos, juntos, conduzem às condições de expansão do acesso ao ensino superior, enquanto a personalização e a empregabilidade são consideradas mais benéficas para os alunos desfavorecidos. A próxima seção avaliará a validade dessas reivindicações, juntamente com a consideração

dos impactos potenciais da desagregação em relação à aprendizagem dos alunos, o papel da universidade na sociedade e questões de equidade e igualdade.

Implicações de valor, função e interação

Conforme descrito em McCowan (2016a), a instituição da universidade - e sua natureza mutável ao longo do tempo e do espaço – pode ser analisada em três dimensões: valor, função e interação. A primeira delas refere-se aos tipos de valores que são atribuídos ou que motivam as atividades da universidade – em particular, à medida que o conhecimento é considerado ter valor intrínseco ou instrumental e, no caso deste último, a forma de benefício instrumental em questão. Assim, por exemplo, a pesquisa pode ser valorizada de forma diversificada como uma busca da verdade ou como parte da construção em longo prazo da nação, ou como meio de gerar benefícios econômicos imediatos.

A “função” refere-se às atividades realizadas na e pela universidade: por exemplo, ensino, pesquisa, comunicação pública, arquivamento de conhecimento e prestação de serviços como hospitais – variando em termos de seleção de papéis assumidos, na ênfase dada a cada um deles, e nas formas em que são realizadas. Finalmente, há “interação”, referindo-se à relação entre a instituição e a sociedade externa. As universidades variam em seus níveis de porosidade, sendo alguns relativamente resistentes aos fluxos de ideias e pessoas internas e externas, e outros mais abertos a eles.

Essas três dimensões nos permitem desvendar o significado das características da universidade e as mudanças nos modelos institucionais. As implicações da desagregação para essas três dimensões serão esboçadas nas seções que se seguem.

Valor

É importante enfatizar desde o início que nenhuma universidade possui um conjunto unitário de valores: sempre haverá uma diversidade de perspectivas (dados os distintos grupos de gerentes, professores, funcionários, estudantes e atores externos). No entanto, podemos ainda apontar tendências amplas. Existem três elementos de importância para o valor que serão tratados aqui: individualização, bem público e ação afirmativa.

a) Individualização

A desagregação leva a um aumento significativo na escolha individual sobre o que é aprendido, e uma diminuição correspondente no professor e estipulação institucional do que é de valor e por quê. Isso envolve uma personalização da aprendizagem – como discutido acima –, mas também um processo mais profundo de remoção da orientação coletiva da instituição em termos de visão e papel.

A implicação mais clara deste processo é que leva a uma fragmentação ou multiplicidade de valores. Embora a desagregação seja amplamente associada à comercialização, a porta é, portanto, deixada aberta a raciocínios intrínsecos e instrumentais para a aprendizagem: por exemplo, o fenômeno MOOC envolveu pessoas que se inscreveram para cursos que não ofereçam nenhum benefício concreto além da aquisição do conhecimento em questão. Por um lado, isso implica uma certa democratização na medida em que a universidade se torna mais sensível às necessidades e objetivos particulares dos estudantes – de fato, essa democratização é anunciada

pelos defensores da desagregação. Por outro lado, leva a um enfraquecimento dos valores coletivos, e também à possibilidade de existir pessoas mais experientes e bem informadas, e que poderiam orientar as pessoas menos experientes e informadas – como ocorreu no curso tradicional estruturado e sequenciado por professores. (Pode haver alguns ecos aqui do leitmotiv 2016 “pós-verdade”, e a reação contra especialistas em recentes votos populares).

b) Bem público

Os principais proponentes do ensino superior desagregado são empresas com fins lucrativos, e muitos dos fatores subjacentes à tendência são de natureza comercial. No entanto, como discutido acima, um sistema desagregado não se baseia necessariamente em valores puramente de troca comercial, e também pode envolver várias outras razões instrumentais e intrínsecas.

No entanto, há um impacto negativo necessário da individualização sobre a capacidade das universidades para promover bens públicos. Esses bens, no sentido plural (MARGINSON, 2011) – por exemplo, avanços na tecnologia de reciclagem ou no conhecimento arqueológico de civilizações antigas – não são susceptíveis de serem promovidos através da demanda individual e exigem “organização e investimento coletivos. Podem ser necessários subsídios cruzados para apoiar cursos de interesse público ou o financiamento estatal necessário para pesquisas benéficas para a população. Entendido em sentido singular como bem público ou esfera pública (MARGINSON, 2011), o papel da universidade é minado pela desintegração do espaço para o engajamento e debate coletivo. Em particular, o papel potencial da universidade em reunir pessoas de diversas origens (socioeconômicas, raciais, étnicas, religiosas, etc.) e promover a compreensão e o respeito mútuos é severamente restringido. O potencial papel de desenvolvimento das universidades em países de baixa renda, ou em relação a grupos marginalizados em países mais ricos, também está ameaçado (McCOWAN, 2016a; COLEMAN, 1986).

c) Ação afirmativa

A dimensão de valor das universidades também inclui seus cargos em relação a questões de justiça, igualdade e justiça social. A implicação da desagregação é que reduz a alavancagem das instituições a este respeito. (Também há implicações significativas para a alavancagem do estado em nível nacional.) Embora as instituições nem sempre aproveitem a oportunidade, a existência de um sistema integrado de instituições e admissões permite a implementação de políticas de ação afirmativa para facilitar a entrada e sucesso de estudantes de origens desfavorecidas. É claro que esse tipo de ação afirmativa baseia-se na existência de lugares limitados – uma restrição que pode (teoricamente pelo menos) desaparecer no contexto de uma instituição/sistema desagregado. Conforme descrito acima, um argumento de justiça social pode ser feito para desagregação devido ao seu potencial de expansão de acesso, com a provisão por meio de MOOCs e cursos “*no-frills*” de estudos menos custosos e, em alguns casos, gratuitos. No entanto, apesar da promessa inicial, os MOOCs não expandiram substancialmente o acesso ao conhecimento para populações e países desfavorecidos e têm sido usados principalmente por aqueles que já possuem estudos superiores, principalmente com base em países de alta renda e que são mais propensos a ter a autonomia necessária de aprendizagem (WILDAVSKY, 2014). Há algumas exceções: Kepler (2016) em Ruanda oferece acesso ao ensino superior para pessoas jovens e talentosas de origens desfavorecidas no contexto do país que se

desenvolve rapidamente em pós-conflito, descrevendo-se como “o futuro do ensino superior”. A instrução na universidade é inteiramente por meio de MOOCs – uma coleção de cursos diversos, principalmente de provedores dos EUA – levando, em última análise, a um diploma credenciado pela Southern New Hampshire University.

No entanto, mesmo que a desagregação conduza a um acesso expandido, não significa necessariamente diminuir as desigualdades, dada a probabilidade de estratificação. As desigualdades de riqueza, a escolaridade prévia, o apoio parental e uma série de outros fatores ainda afetarão a qualidade da experiência de aprendizagem disponível e as oportunidades oferecidas posteriormente – de fato, essas desigualdades podem ser exacerbadas através da natureza desregulada da provisão. No Brasil, por exemplo, houve uma expansão significativa do tipo institucional “*no-frills*” – principalmente através do setor com fins lucrativos. Isso provocou aumentos rápidos nas matrículas (com um aumento impressionante de aproximadamente 1 milhão de estudantes em instituições privadas em 1998, para quase 2 1/2 milhões em 2002 e um aumento constante para mais de 6 milhões em 2016) principalmente entre as classes médias baixas que anteriormente haviam sido excluídas (SCHWARTZMAN, 2004; INEP, 2017). No entanto, a má qualidade das experiências de aprendizagem proporcionadas e o reconhecimento relativamente baixo dos diplomas significaram pouca mudança nas desigualdades sociais (McCOWAN, 2016b).

Função

As mudanças no papel e função das universidades apresentadas por desagregação foram mostradas nas seções anteriores: incluem uma destruição das diversas ofertas e instalações que deixam apenas a atividade principal de instrução; a separação das principais funções de ensino e pesquisa em instituições separadas, ou a divisão dessas tarefas entre diferentes funcionários; afasta-se da estruturação do conteúdo do curso em programas de licenciatura completa; e uma perda do papel de validação dos conhecimentos e habilidades dos alunos. Levada às últimas consequências, a desagregação resulta na desintegração desses elementos na medida em que não podemos falar de uma universidade de forma alguma. Esta seção incidirá sobre as possíveis ramificações dessas funções em mudança. Pelo menos algumas das coisas que as instituições educacionais fazem podem ser atribuídas à conveniência de ter muitas pessoas (muitas vezes do mesmo grupo etário) reunidas em um único lugar: por exemplo, as escolas são comumente usadas como espaços para imunização, programas de aprimoramento nutricional e assim por diante. As universidades atendem a essa função até certo ponto, fornecendo um local para obter informações sobre oportunidades de vida, carreiras, prevenção de doenças transmissíveis, entre outras ações. Parte dessa desagregação pode ocorrer sem um impacto significativo sobre o papel central da universidade, enquanto existem outros casos que atingem o cerne da função da instituição.

As implicações dessas mudanças são mais numerosas e complexas do que seria possível lidar com um único artigo. Em vez disso, esta seção se concentrará em dois dos elementos mais salientes: primeiro, a redução da oferta pedagógica para a instrução básica (referente ao modo de desagregação “*no-frills*” descrito acima); e segundo, a separação dos elementos da universidade de pesquisa multi-faculdade.

Em resposta aos benefícios pedagógicos reivindicados da desagregação – personalização e empregabilidade – pode ser identificada uma série de limitações.

Um fator primário é que as formas de ensino desagregadas podem não fornecer suporte suficiente para o aluno. Existem evidências substanciais de pesquisa de que a fragmentação do ambiente de aprendizagem e suporte de aprendizagem tem um impacto negativo nesta, particularmente para estudantes não tradicionais e, inversamente, do impacto positivo das interações com o pessoal acadêmico fora da sala de aula, por exemplo, através da participação na pesquisa projetos, ou através da busca de conselhos e orientações gerais (ver GEHRKE; KEZAR, 2015). Além disso, o retrato de aprendizagem associado à desagregação é predominantemente baseado na transmissão, envolvendo a aquisição de conhecimento e habilidades através da absorção mono-direcional em indivíduos isolados. A pedagogia descomprometida mina a dimensão relacional do ensino e da aprendizagem. Os benefícios do aprendizado em um coletivo, do diálogo e, certamente, da concepção mais exigente de aprendizagem “convivial” de Illich (1973), não estão mais disponíveis neste modelo. Enquanto a universidade do campus pode ter alguns luxos aparentemente desnecessários, a existência de atividades extracurriculares, incluindo atividades artísticas e esportivas, atividades políticas e sociais, é fundamental para uma concepção holística da aprendizagem – especialmente se considerarmos o ensino superior como espaço para o desenvolvimento cidadão e pessoal, bem como o profissional. Há também questões relativas ao currículo e às vantagens da exposição a todo um cânone dentro de uma área disciplinar, ao invés de uma seleção fragmentada com base nos interesses atuais dos alunos. Finalmente, embora não seja essencial que as universidades sejam validadoras do conhecimento, e outras instituições podem desempenhar esse papel com eficácia – há vantagens na integração do ensino e avaliação, na abertura de possibilidades de alinhamento construtivo (BIGGS, 1999).

Existe um forte apego nos círculos universitários à coexistência do ensino e da pesquisa – uma ideia com suas raízes no pensamento de Wilhelm von Humboldt. Em alguns casos, a tríade de ensino, pesquisa e extensão é fortemente defendida como definição da universidade (por exemplo, na América Latina). De fato, a evidência empírica é conflitante sobre o vínculo entre atividades de pesquisa e ensino (de JONGHE, 2015; GEHRKE, KEZAR, 2015), com uma meta-revisão proeminente de 58 estudos que não mostram nenhuma relação significativa entre a excelência nas duas áreas (HATTIE; MARSH, 1996). No entanto, esta descoberta pode ser uma indicação de problemas na coordenação das duas formas de atividade dentro das instituições (e dentro das cargas de trabalho dos acadêmicos individuais), e não da falta de sinergias entre os dois. Um benefício pode ser que as oportunidades sejam oferecidas para que os alunos entrem em contato com pesquisas e possivelmente participem delas, proporcionando experiências de aprendizado importantes. O ambiente de pesquisa também pode enriquecer o currículo e, inversamente, as interações no espaço de ensino podem informar e ampliar as agendas de pesquisa. O engajamento da comunidade também se encaixa logicamente com os outros papéis da universidade, dado que muitas vezes está conectado diretamente às atividades de ensino e pesquisa. Os argumentos contra a desagregação, no entanto, podem depender da conexão necessária entre ensino, pesquisa e extensão, pois é possível que estes sejam oferecidos em um nível elevado em instituições separadas, como tem sido historicamente em países como a França e a Rússia.

No entanto, existem outros aspectos da instituição multi-faculdade que fornecem valor. A subvenção cruzada de cursos permite a proteção de áreas que não são

populares em um determinado momento no tempo – mas, no entanto, têm um significado em longo prazo. A coexistência de diferentes áreas disciplinares também pode proporcionar importantes fertilizações cruzadas de ideias para docentes e estudantes. A importância do trabalho multidisciplinar, ou possivelmente transdisciplinar, tem sido reconhecida como fundamental para a solução dos “grandes desafios” e dos “problemas perversos” enfrentados pela sociedade global hoje. (Porém, é preciso reconhecer que a instituição tradicional, ao mesmo tempo que junta as pessoas de diferentes disciplinas, também serve, de certa forma, para afastá-las através de suas estruturas e práticas). Finalmente, em termos de trabalho acadêmico, Macfarlane (2007) apontou para os perigos dos desenvolvimentos contemporâneos no ensino superior em minar a “cidadania acadêmica” – o trabalho invisível do pessoal acadêmico na análise, revisão por pares, redação de referências e inúmeras outras funções que serão difíceis de continuar na ausência do acadêmico polivalente.

Em resumo, o aprendizado dos alunos pode ser visto significativamente impactado pelo processo de desagregação, com os potenciais ganhos decorrentes da personalização compensada pela perda nos aspectos relacionais da aprendizagem e oportunidades de diálogo e aprendizagem experiencial mais ampla. Em termos da instituição como um todo, a evidência empírica não é conclusiva, mas ainda há razões para manter a confiança na convivência mutuamente benéfica do ensino, pesquisa e envolvimento da comunidade.

Interação

Das três dimensões, a interação é a mais clara em suas implicações. A tendência de desagregação vai inequivocamente à direção da porosidade, com um crescente enfraquecimento da fronteira entre a universidade e a sociedade. Muitos consideram esta uma tendência positiva: a maior porosidade significa um contato mais próximo com questões de importância para as comunidades fora da universidade e o potencial para que as universidades trabalhem com essas questões em benefício da sociedade. Também implica uma comunicação mais completa do conhecimento produzido nas universidades para o mundo exterior. Em termos de democratização do acesso, as implicações são mais ambíguas, conforme descrito acima.

No entanto, apesar das limitações em termos de acesso, uma ampla interação entre universidade e sociedade é claramente uma tendência desejável, aumentando a relevância do ES e a participação de segmentos mais amplos da sociedade na determinação de suas prioridades. No entanto, a dinâmica envolvida na separação é o que podemos chamar de hiperporosidade, através da qual as fronteiras entre universidade e sociedade tornam-se mais do que porosas e começam a desaparecer completamente. Esta forma extrema pode, de fato, colocar alguns perigos e aumentar a perspectiva de algum “isolamento” (COWEN, 2012) ser positivo para uma universidade. Algum espaço livre das prioridades imediatas do governo e da indústria é importante para permitir o nível de reflexão profunda necessária para avanços no conhecimento e na compreensão. Uma grande preocupação com o impacto imediato e concreto da pesquisa, através da mudança do conhecimento modo 1 para o modo 2 (GIBBONS et al., 1994), pode ser prejudicial para a pesquisa mais aberta de “céus azuis” que pode trazer benefícios ainda maiores para sociedade em longo prazo. Ao mesmo tempo que endossa a porosidade, é necessário algum cuidado nas suas formas extremas.

Riscos, respostas e reversões

A desagregação tem sido argumentada por alguns defensores com base em proporcionar maior eficiência e, assim, permitir que a expansão do ensino superior continue com uma base de financiamento sustentável, ao mesmo tempo em que crie incentivos para que os provedores com fins lucrativos entrem no mercado. Também tem sido defendida por motivos pedagógicos, afirmando a maior capacidade de um sistema desagregado para capacitar os alunos e dotá-los das competências necessárias ao mercado de trabalho. No entanto, a análise através do quadro teórico de valor, função e interação revelou uma série de implicações preocupantes: primeiro, a alavancagem reduzida de instituições e sistemas para garantir a igualdade de oportunidades e promover o bem público; em segundo lugar, o empobrecimento de concepções de aprendizagem em modelos de instrução reduzidos e a perda de sinergias entre diversos elementos das universidades (entre ensino, pesquisa e extensão, e também entre diferentes disciplinas); e, em terceiro lugar, ao mesmo tempo que reconhece a natureza altamente desejável das fronteiras porosas e a interação extensiva, a necessidade de manter um espaço distinto e alguma autonomia para as atividades de ensino e pesquisa.

A desagregação reflete e promove duas dinâmicas mais amplas na sociedade: individualização e economização. Ela estimula uma maior adaptabilidade do aprendiz em relação a metas, necessidades e estilos de vida individuais; também coloca o econômico no centro da imagem, tanto em termos de custo-eficiência do processo educacional quanto em termos de resultados entendidos como maximização do salário e da produção. Como tal, ele se baseia em divisões de valores profundamente arraigadas na sociedade. Embora os argumentos a favor da universidade desagregada sejam frequentemente apresentados em termos de maior eficácia, muitas vezes revelam um conjunto diferente de fins – aqueles, por exemplo, facilitando a inserção de trabalhadores em empregos corporativos e garantindo o desenvolvimento de novos produtos para o mercado, em vez de promover a compreensão humana, conscientização e igualdade social. Por conseguinte, não podemos julgar a instituição desagregada contra a instituição tradicional apenas em termos de eficácia, mas também deve considerar os fins a que se destinam.

Foi argumentado neste artigo que existem três formas de “pacote” em bens e serviços em geral: aqueles em que os consumidores são obrigados a comprar produtos indesejados (atrelado); aqueles em que os elementos constituintes são reunidos para economia de tempo ou vantagem econômica (conveniência); e aqueles em que os elementos constituintes têm uma relação necessária ou mutuamente benéfica entre si (inter-relacionado). No centro do problema está a seguinte questão: será a educação superior dos dois primeiros tipos, caso em que os benefícios financeiros da desagregação justificarão o processo, como assumido por defensores como Craig? Ou será do último tipo, o que significa que a separação das partes levará a um empobrecimento inevitável do seu funcionamento? Em vez de uma coleção de músicas (apenas algumas das quais o consumidor quer), um álbum de música pode ser visto como um todo coerente, precisando ser ouvido do começo ao fim, a fim de apreciar suas qualidades estéticas. Os componentes do ensino superior são assim inter-relacionados, interdependentes e mutuamente reforçadores, com a desagregação implicando assim em seu enfraquecimento e destruição impossível?

No que diz respeito à aprendizagem dos alunos, parece haver poucas dúvidas de que a convivência dentro do mesmo ambiente de instrução, fontes de informação, interação pedagógica, diálogo com outros estudantes e experiências de aprendizagem não-formal são benéficas (embora talvez não precisem ser fornecidas pelos mesmos membros da equipe). Com relação às funções mais amplas da universidade, as implicações são menos conclusivas, particularmente devido às dificuldades de fornecer uma base empírica para reivindicações. No entanto, embora seja certamente possível que ensino e pesquisa de alta qualidade aconteçam em instituições separadas, há fortes argumentos para apoiar a ideia de que são mutuamente benéficos e são apoiados por e apoiam outras funções da instituição em relação ao envolvimento da comunidade. Essas atividades mais amplas servem como um local para a aplicação do conhecimento e entendimento derivados do ensino e da pesquisa, e também como um canal que foca a matéria-prima das preocupações da sociedade nesses processos.

Não há dúvida de que algumas das ramificações da desagregação só serão claras ao longo do tempo e com a maior maturação dos processos na prática em instituições específicas e em todos os sistemas. Foi sugerido (por exemplo, MARGINSON, 2016a), que apenas as universidades de elite poderão continuar como instituições agrupadas: para essa pequena proporção de universidades em todo o mundo que está na corrida para rankings mais altos, mantendo o ensino e a pesquisa e todas as aparições é de interesse, mas não para os outros. Além disso, não está claro como formas desagregadas de ensino superior desenvolverão novos aparelhos institucionais e, assim, atenuarão alguns dos desafios colocados. Pode ser que as instituições separem alguns aspectos e retenham outros; e que alguns alunos continuem a comprar “pacotes de conveniência” (para poupá-los de terem que adquirir as diferentes experiências de aprendizagem separadamente), enquanto outros comprem a versão “*no-frills*”.

Os problemas práticos associados à desagregação levaram, em alguns casos, a diferentes formas de “reagregação”. Tome, por exemplo, o caso de Kepler em Ruanda, descrito acima. A fim de apoiar os alunos a completar com êxito os MOOCs que compõem seu diploma, o alojamento residencial é fornecido na capital Kigali, juntamente com o apoio tutorial através de instrutores residentes. Com certeza, a configuração ainda está longe da universidade tradicional do campus, mas é uma indicação de que formas mais extremas de desagregação não são consideradas viáveis, particularmente nos casos em que os alunos não tiveram educação prévia de alta qualidade. Existem outros casos de reestruturação nos EUA (HORN, 2014), com integração de diferentes elementos, como acompanhamento e engajamento com o empregador, de modo a aumentar as sinergias – indicando que a desagregação e a “reagregação” podem ser um processo cíclico e não linear ao longo da história.

Muitas das implicações da desagregação só se tornarão claras com o tempo e, sem dúvida, mudarão com os desenvolvimentos em andamento (e possivelmente imprevistos) na esfera política e econômica. A análise acima mostrou que, embora seja indubitavelmente errado defender a universidade tradicional simplesmente em virtude de sua existência e longevidade, igualmente, há uma série de razões para ser cético sobre os benefícios propostos da desagregação. Acima de tudo, devemos evitar assumir que essas tendências são inevitáveis – como é frequentemente afirmado pelos defensores – e de alguma forma livres de julgamentos de valor. As

universidades – e todas as instituições educacionais – devem responder a mudanças de circunstâncias externas, mas isso não significa aceitar todas as formas de mudança, independentemente de seu valor, e renunciar ao seu papel também como agentes e formadores da sociedade. Na medida em que a desagregação representa uma ameaça para o propósito central da universidade em promover a compreensão humana através de inquérito aberto (COLLINI, 2012), certamente deve haver resistência de todos os associados à instituição – embora não necessariamente para salvar a universidade tradicional por seu próprio bem. Formar uma resposta coerente ao desafio que representa a desagregação exige uma atenção profunda e sustentada à natureza e ao propósito da instituição e a uma deliberação em toda a sociedade sobre os valores que devem orientá-la.

Referências

- AGARWAL, A. Unbundled: Reimagining Higher Education. **The Huffington Post**, 9 December, 2013. Disponível em <http://www.huffingtonpost.com/anant-agarwal/unbundled-reimagining-higher-education_b_4414048.html>, acesso 9/2/17.
- ANDERSON, R. **British Universities Past and Present**. London: Continuum, 2006.
- BARBER, M.; DONNELLY, K.; RIZVI, S. **An avalanche is coming**. London, UK: Institute for Public Policy Research, 2013. Disponível em: <http://www.ippr.org/files/images/media/files/publication/2013/04/avalanche-is-coming_Mar2013_10432.pdf?noredirect=1>. Accessed 9/2/17.
- BIGGS, J. What the Student Does: teaching for enhanced learning. **Higher Education Research & Development**, 18 (1), 57-75, 1999.
- BOK, D. **Universities in the Marketplace: the commercialization of higher education**. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- BONI, A.; LOPEZ-FOGUES, A.; WALKER, M. Higher education and the post 2015 agenda. A contribution from the human development approach. **Journal of Global Ethics**, 12 (1), 17-28, 2016.
- BOWEN, W. G. **Higher education in the digital age**. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- CHRISTENSEN, C. M.; HORN, M. B.; CALDERA, L.; SOARES, L. **Disrupting college: How disruptive innovation can deliver quality and affordability to postsecondary education**. The Center for American Progress. 2011. Recuperado de: <http://www.americanprogress.org/issues/2011/02/disrupting_college.html>, 9/2/17
- COLEMAN, J. S. The idea of the developmental university, **Minerva: A review of Science, Learning and Policy**, 24(4), 476-494, 1986.
- COLLINI, S. **What are universities for?** London: Penguin, 2012.
- COWEN, R. Robustly Researching the Relevant: A Note on Creation Myths in Comparative Education. In: WIKANDER, L.; GUSTAFFSON, C.; RIIS, U. (eds.) **Enlightenment, Creativity and Education: Politics, Politics, Performances**, pp. 3-26. Rotterdam: Sense Publishers & CESE, 2012.
- CRAIG, R. **College disrupted: The great unbundling of higher education**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2015.
- de JONGHE, A. Reorganising the teaching-research tension. **Higher Education Management and Policy**, 17(2), 61-76, 2005.
- de RIDDER-SYMOENS, H. (ed.) **A History of the University in Europe (Volume 2)**. Universities in Early Modern Europe (1500-1800). Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- DIANATI, S. **What do Massive Open Online Courses (MOOCs) Have To Do With 'Good' Education?: An Ideology Critique of MOOCs**. Unpublished PhD thesis. Flinders University, 2016.
- GEHRKE, S.; KEZAR, A. Unbundling the faculty role in higher education: Utilizing historical, theoretical, and empirical frameworks to inform future research. In: **Higher Education: Handbook of Theory and Research** (pp. 93-150). Springer International Publishing, 2015.
- GIBBONS, M.; LIMOGES, C.; NOWOTNY, H.; SCHWARTZMAN, S.; SCOTT, P.; TROW, M. The new production of knowledge: The dynamics of science and research in contemporary societies. London: SAGE Publications Ltd., 1994.

- GROVE, J. Troubling FX as Falmouth forces staff to go private. **Times Higher Education**, 3rd January, 2013.
- HATTIE, J.; MARSH, H.W. The relationship between research and teaching—a meta-analysis. **Review of Educational Research** 66: 507–542, 1996.
- HERK, M. **Fixing Our Broken Colleges: Competency-Based Education and Reauthorizing the Higher Education Act**. Committee for Economic Development. 2015. Disponível em: <<https://www.ced.org/blog/entry/fixing-our-broken-colleges-competency-based-education-and-reauthorizing-the>>, acesso 9/2/17.
- HORN, M. Unbundling And Re-bundling In Higher Education. **Forbes**, 10 July, 2014. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/michaelhorn/2014/07/10/unbundling-and-re-bundling-in-higher-education/#7ebae2e79c2>>, acesso 7/9/17.
- ILLICH, I. **Tools for conviviality**. New York: Harper & Row, 1973.
- INEP. **Resumo Técnico. Censo da Educação Superior 2013**. Brasília: INEP, 2015.
- KEPLER. **Kepler: Higher education for all**. 2016. <http://www.kepler.org/>. Acesso 7 June 2016.
- KERR, C. **The Uses of the University**. New York: Harper Torchbooks, 1963.
- KINSER, K. Working at for-profit universities: The University of Phoenix as a new model. **International Higher Education**, (28), 13-14, 2002.
- LITAN, R. E The case for ‘unbundling’ higher education. Brookings Institute, 2015. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/articles/the-case-for-unbundling-higher-education/>>, acesso 9/2/17
- MACFARLANE, B. **The Academic Citizen: the Virtue of Service in University Life**. London: Routledge, 2007.
- MACFARLANE, B. The morphing of academic practice: Unbundling and the rise of the para-academic. **Higher Education Quarterly**, 65(1), 59–73, 2011.
- MARGINSON, S. Higher education and public good. **Higher Education Quarterly**, 65(4), 411–433, 2011.
- MARGINSON, S. **What holds the conglomerate university together?** Paper presented at the Education, Practice and Society seminar, UCL Institute of Education, London, 16 November, 2016a.
- MARGINSON, S. **The dream is over: The Crisis of Clark Kerr’s Californian Idea of Higher Education**. Berkeley: University of California Press, 2016b.
- MCCOWAN, T. The growth of private higher education in Brazil: Implications for equity and quality. **Journal of Education Policy**, 19, 453–472, 2004.
- MCCOWAN, T. Should universities promote employability? **Theory and Research in Education**. 13 (3), 267–285, 2015.
- MCCOWAN, T. Universities and the post-2015 development agenda: an analytical framework. **Higher Education** 72 (4), 505–523, 2016a.
- MCCOWAN, T. Three dimensions of equity of access in higher education. **Compare: a Journal of Comparative and International Education**. 46 (4), 645–665, 2016b.
- PAULSON, K. Reconfiguring faculty roles for virtual settings. **Journal of Higher Education**, 73(1), 123–140, 2002.
- ROBERTSON, S. L.; KOMLJENOVIC, J. Non-state actors, and the advance of frontier higher education markets in the global south. **Oxford Review of Education**, 42 (5), 2016a.
- ROBERTSON, S. L.; KOMLJENOVIC, J. Unbundling the University and Making Higher Education Markets. In: VERGER, A.; LUBIENSKI, C.; STEINER-KAMSI G. (Eds.), **World Yearbook in Education** (Global edu). London: Routledge, 2016b.
- SCHWARTZMAN, S. Equity, Quality and Relevance in Higher Education in Brazil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, 76 (1), 2004.
- SELINGO, J. J. **College unbound: The future of higher education and what it means for students**. Boston: New Harvest, 2013.
- TOMLINSON, M. Graduate employability: A review of conceptual and empirical themes. **Higher Education Policy** 25: 407–431, 2012.
- TROUTT, W. E. Unbundling instruction: Opportunity for community colleges. **Peabody Journal of Education**, 56(4), 253–259, 1979.
- UIS (UNESCO Institute for Statistics) Statistical Tables. Education: Gross Enrolment Ratio by Level of Education. 2017. <<http://data.uis.unesco.org/?queryid=142>>. Acesso: December 15, 2016.

UNIVERSITYNOW. **Why we're different.** Making higher education affordable. 2017. Disponível em: <<http://unow.com/making-education-affordable/>>, acesso 9/2/17.

VASAGAR, J. No frills university college offers half price degrees. **The Guardian**, 11 October, 2011. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/education/2011/oct/17/coventry-university-college-half-price-degree>>, acesso 9/2/17.

WANG, W. K. S. The unbundling of higher education. **Duke Law Journal**, 1, 53-90, 1975.

WILDAVSKY, B. Evolving toward significance or MOOC ado about nothing. **International Educator**, May/June, 74-79, 2014.

Enviado em: 13/dezembro/2017

Aprovado em: 01/fevereiro/2018